A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA FAIND

Colaboração do Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho

<http://lattes.cnpq.br/7322139080274143>

A Pedagogia da Alternância é uma matriz pedagógica que remete a primeira experiência na tentativa de construção de uma educação adequada à realidade concreta dos educandos do campo. Segundo Claudemiro Godoy do Nascimento (2003), ela surge na França em 1935. Sua intenção era criar uma pedagogia que pudesse interligar o trabalho, a cultura e a vida no campo com o conhecimento escolar. A alternância significa que se alternam dias com o trabalho familiar na propriedade do educando com os dias na escola. A intenção é criar uma relação entre teoria e prática em que os educandos não se desvinculem do modo de vida de origem.

Corroborando neste sentido, Jean-Claude Gimonet (1999) afirma que a origem da Pedagogia da Alternância se dá a partir de 1935 com o Movimento das Casas Familiares Rurais. Ela surge num vilarejo da França a partir da proposição de um padre e alguns agricultores. Eles observaram a rejeição dos jovens à escola que era descontextualizada de sua realidade e, ao mesmo tempo, se preocupavam em promover o desenvolvimento local.

A Alternância foi o resultado de avanços da pedagogia crítica que, no caso brasileiro, foi sendo moldado pelas características das populações do campo e pelas suas reivindicações por políticas públicas através dos movimentos socioterritoriais camponeses. É uma maneira de possibilitar que em todos os tempos e espaços cursos de formação se valorize as diversas formas de se produzir um conhecimento que dialogue com os sujeitos do campo e que qualifique sua *práxis*, permitindo a imbricação entre a *experiência do aluno*, a *formação no curso* e a *interação com a comunidade* (SÃO PAULO, 2006).

A partir da utilização dessa pedagogia, os cursos pretendem respeitar a articulação de maneira dialética dos processos educativos em *diferentes tempos-espacos*, a *transversalidade* do conhecimento que contemplem as *múltiplas dimensões dos territórios camponeses*, a *relação ensino-pesquisa-extensão e teoria-prática* com uma proposição alternativa de *desenvolvimento territorial sustentável* para o campo (BRASIL, 2011; CAMACHO, 2014).

É caracterizada pela distribuição do processo ensino-aprendizagem ao longo do curso em dois momentos: *Tempo Escola* - tempo de estudo desenvolvido nos centros de formação (70% da carga horária do curso). *Tempo Comunidade* - tempo de estudo desenvolvido na

comunidade (30% da carga horária do curso). Esta metodologia foi normatizada pela Resolução CNE/CEB n.º 01/2006 (BRASIL, 2011).

O primeiro território onde se desenvolvem os processos educativos é com a sua *família*, na sua *propriedade*, na sua *comunidade* e no seu *movimento social*. Esta é a sua realidade e o ponto de partida. É esta realidade que o educando traz para escola. Se o mesmo é militante de um movimento social, ele traz esta bagagem de luta, também, junto com ele. Podemos denominar este como o momento da *ação*. Ao chegar em outro território, escola ou universidade, que é da educação formal, o mesmo passa a realizar uma reflexão científica, dialogando com outros companheiros, a respeito da sua realidade e da sua prática. Passa a pensar a sua realidade e sua prática de maneira teórica, passa a debatê-la com outras formas de pensar. Este é o momento da *reflexão* (CAMACHO, 2014). Depois, temos o momento do retorno ao seu território de origem, a sua comunidade, ao seu modo de vida e a sua função de militância no movimento social. Nesta fase, ele inicia o movimento dialético interminável da *práxis* – teoria-prática/ação-reflexão-ação - na sua propriedade e/ou nos movimentos sociais. É este o caminho da construção do conhecimento não dicotomizado proporcionado pela Pedagogia da Alternância.

Tempo Universidade e Tempo Comunidade não são tempos-espacos isolados e autônomos. Se o Tempo Universidade é o momento do ensino, este não deve ser desvinculado da realidade. Deve fazer parte dessa etapa, também, o diálogo das disciplinas com a realidade. As disciplinas devem ser resultado do diálogo entre os *saberes técnico-científicos* e os *saberes populares*. Pensando os mesmos como formas de conhecimentos distintos, mas não opostos, e, sim, complementares, onde cada um desempenha seu papel de maneira a produzir uma síntese dialética entre estas duas formas de conhecimento. Por outro lado, o Tempo Comunidade não deve ser visto apenas como tempo-espaco da pesquisa empírica, mas também, como uma possibilidade de se refletir sobre a realidade tendo como base os conhecimentos técnico-científicos adquiridos no Tempo Universidade. O Tempo Comunidade não pretende esvaziar o significado das disciplinas. A intenção é que uma etapa seja a extensão da outra. A pretensão é a de estabelecer outros tempos e lugares de exercício teórico-prático, construindo o conhecimento científico de maneira a ascender ao plano do senso comum impulsionando ações de interações entre as pessoas e entre elas e as coisas (SÃO PAULO, 2006; CAMACHO, 2014).

O princípio fundante da Pedagogia da Alternância diz respeito às intercalações espaço-temporais de reflexão-ação pedagógicas entre o trabalho familiar na comunidade do educando (tempo comunidade) e os dias de aulas na universidade (tempo universidade). Nesse sentido, podemos denominar estes dois tempos-espços pedagógicos complementares e interdependentes de “territórios educativos” (ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2012). Configura-se uma relação interdependente e dialética entre teoria/prática e ação/reflexão em que os educandos acessam a educação formal sem perder seus vínculos identitários territoriais e o seu modo de vida de origem (GIMONET, 1999; CAMACHO, 2014).

A formação de professores em alternância está respaldada, legalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 28; no Conselho Nacional de Educação e nas Diretrizes Operacionais de MS (Resolução/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011), que propõe uma parte diversificada da matriz curricular no ensino fundamental e médio para Escolas do Campo, e um calendário escolar com tempos e espaços pedagógicos específicos em alternância (tempo universidade e tempo comunidade) (UFGD, 2017).

Neste sentido, os princípios da Alternância estão entre os objetivos da FAIND. Dos objetivos específicos podemos citar os seguintes: garantir o direito de acesso à educação às populações do campo, afirmar a alternância como pedagogia que garante o processo dialético de ação-reflexão, incentivar a atuação dos educandos em suas realidades e contribuir para reduzir o fechamento do número de escolas do campo e evitar o êxodo rural (CAMACHO, 2020).

- Reafirmar o acesso à educação e à escolarização como um direito constitucional das pessoas inseridas no campo;
- Garantir e fortalecer o princípio da Pedagogia da Alternância, possibilitando a articulação das atividades Tempo Universidade com as atividades Tempo-Comunidade, num processo de ação-reflexão-ação do conhecimento;
- Incentivar os/as acadêmicos/as a atuarem nas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais que compõem os espaços sociais rurais de Mato Grosso do Sul;
- Contribuir para a redução do fechamento/nucleação das escolas no campo e, consequentemente, a redução do êxodo jovem. (UFGD, 2017, p. 16).

Os conhecimentos produzidos, dialeticamente, com os povos do campo, das águas e das florestas no do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (Teko Arandu), do Curso de Licenciatura do Campo (LEDUC) e do Programa Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET) objetivam a formação de educadores e agentes que auxiliarão no desenvolvimento territorial-multidimensional de sua comunidade. Com a junção da Pedagogia da Alternância com outras pedagogias contra-hegemônicas, sobretudo, a Pedagogia Libertadora-Freireana, cumprem-se os objetivos estabelecidos pela Educação do Campo de não se separar: a Militância do Processo Ensino-Aprendizagem, o Conhecimento Popular do Conhecimento Técnico-Científico e a Teoria da Prática (CAMACHO, 2020).

A partir da experiência da formação de professores do TEKÓ ARANDU, LEDUC e PPGET observamos que a Alternância se torna uma proposta exitosa, pois ela está politicamente, orientada a uma “*Pedagogia de Resistência Cultural*”, contrária então à educação liberal. Assim compreendemos também que a proposta metodológica da alternância se apresenta como um “*Projeto Étnico-Político Revolucionário*” (D’ANGELIS, 2012, p.91) essencial para que, em um processo de resistência, seja garantida uma educação, de fato, específica e diferenciada (CAMACHO; KNAPP, 2016).

No entanto, compreendemos que a complexidade da “dinâmica institucional” na oferta dos cursos a partir da alternância, é percebida na UFGD. Os desafios institucionais são as dificuldades em fazer a universidade compreender a especificidade do desenvolvimento desses cursos, tais como: logística, contratação de professores, distribuição de encargos de ensino, sistema acadêmico, hospedagem e alimentação, entre outros. (CAMACHO; KNAPP, 2016).

Referências

ANTUNES-ROCHA, Maria Izabel; MARTINS, Aracy Alves. Licenciatura em Educação do campo: histórico e projeto político-pedagógico. **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 39-74. (Coleção Caminhos da Educação do Campo, 1).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Manual de Operações**. Brasília - DF: MDA/INCRA, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo**. 2014. 802 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A educação do campo no ensino superior e os territórios/territorialidades camponesas: o currículo da LEDUC e o PPGET**, Dourados: UEMS, 2020. (No prelo).

CAMACHO, Rodrigo Simão; KNAPP, Cássio. A formação de educadores dos povos do campo em alternância: TEKÓ ARANDU e LEDUC. In: Congresso de Educação da Grande Dourados, 2, 2016 Dourados - MS. **Anais...** Dourados - MS: UFGD, 2016. v.1. p.1 – 15.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2012

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de educação e de orientação. In: União Nacional das Escolas Agrícolas do Brasil. **Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento**. Salvador: UNEFABE, 1999. p. 39-49.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Pedagogia da resistência cultural: um pensar a educação a partir da realidade campesina. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 8, 2003, Goiás. [**Trabalhos apresentados**], [S.L: s.n.], p. 1-11. Mimeografado.

SÃO PAULO (Estado). UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. **Curso de geografia: licenciatura e bacharelado**. Projeto Político-Pedagógico. Presidente Prudente, 2006. (não publicado).

UFGD. FAIND. **Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN)**, Dourados, PPGET/FAIND/UFGD, 2018. Não Publicado.

UFGD. FAIND. **Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Habilitação em Ciências da Natureza e Ciências Humanas**. Projeto Pedagógico Curricular, Dourados: UFGD, 2014. Não publicado.

Convidamos você a conhecer mais sobre a Pedagogia da Alternância, confira as sugestão de leitura dos professores da FAIND.

[Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho](#) - Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2005); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Presidente Prudente (2014); Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2015).

[Acesse a Sugestão de leitura aqui](#)